

APONTAMENTOS SOBRE A EDUCAÇÃO DO CAMPO NO BRASIL

Keith Alves Ribeiro ¹
Ana Alice Freire Agostinho ²

RESUMO

A história da Educação do Campo no Brasil é marcada pelo processo de exclusão econômica, racial e cultural e pelas lutas sociais em defesa de uma educação que atenda às necessidades e singularidades dos povos tradicionais, do campo, das águas e das florestas. Na sua origem, a educação rural voltada para os povos do campo, visava conter o forte movimento migratório e proteger os interesses dos agroexportadores, mantendo a mão-de-obra no meio rural. É nesse cenário que surgem os movimentos sociais do campo promovendo as lutas e a mobilização dos trabalhadores do campo por direitos sociais básico, inclusive contestando às concepções de educação que não condiziam com necessidades formativas dos povos do campo e propondo uma pedagogia de resistência, fundamentada nos princípios da agroecologia fundamentada nos estudos da vida, de forma equilibrada, sustentável e economicamente viável. Nessa direção, o presente trabalho teve como objetivo, analisar a Educação do Campo no Brasil, compreendendo a potência de uma educação cujos conteúdos e metodologias atendem às necessidades de formação dos sujeitos do campo, valoriza a história, a cultura, a produção da vida e os saberes desse povo. Do ponto de vista metodológico, privilegiou uma abordagem exploratória, de caráter qualitativo, restrita à pesquisa bibliográfica sobre a temática e à análise documental de documentos oficiais, entre os quais priorizamos as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo. Como resultado, o estudo contribuiu para ampliar a compreensão da importância da relação entre educação e campo e da defesa da educação necessária para o desenvolvimento dos povos do campo, fortalecendo suas lutas e a resistência contra o esquecimento de sua história, de sua cultura e de formas ancestrais de cultivo. Uma educação que contribua para a emancipação dos homens e mulheres que produzem, vivem e convivem no campo.

Palavras-chave: Educação do Campo, Povos do Campo, Agroecologia.

INTRODUÇÃO

A educação brasileira enfrenta, historicamente, desafios persistentes relacionados à implementação de políticas de universalização da educação básica que assegurem o acesso à educação de qualidade para todos os cidadãos. Nessa direção, a Constituição de 1988, ao estabelecer a educação como um direito de todos e um dever do Estado, demarcou avanços significativos por determinar a educação como um direito subjetivo fundamental. O que significa a necessária oferta de educação escolar de qualidade para aqueles e aquelas que

¹ Pós-Graduanda do Curso de Especialização no Ensino de Ciências e Matemática do Instituto Federal de Alagoas - IFAL, keitha.ribeiro@hotmail.com;

² Professora Mestra do Curso de Licenciatura em Química do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco – IFPE, anaalice.freire@barreiros.ifpe.edu.br.

produzem, vivem e convivem no campo, assumindo os mais diversos modos de produção da vida: os povos tradicionais, do campo, das águas e das florestas desde sempre sem acesso a uma educação que atenda às suas reais necessidades e singularidades.

Nessa perspectiva, o sistema educacional brasileiro ainda enfrenta importantes desafios para cumprir o que determina a Constituição em vigor, no que se refere ao direito social da educação do povo camponês. Apesar de alguns progressos nos dispositivos legais que orientam a educação do campo Brasil, tais avanços ainda não foram materializados na educação voltada para os povos do campo. Com efeito, as Diretrizes Operacionais para a Escola do Campo, instituídas pelo Parecer CNE/CEB nº 36/2001, e pela Resolução CNE/CEB nº 1, de 3 de abril de 2002, respondem aos apelos dos movimentos sociais, oferecendo ferramentas para a criação de metodologias pedagógicas que levem em consideração o território, os conhecimentos locais, os saberes e a cultura dos Povos do Campo.

Outro marco legal importante refere-se à Lei 10.639/2003, posteriormente atualizada pela Lei nº 11.645/2008, que alteraram a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), Lei nº 9.394/1996, tornando obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena, em todas as escolas, níveis de ensino e modalidades da educação do país. Essa legislação representa um avanço no reconhecimento e na valorização das diversas culturas presentes entre os povos tradicionais, camponeses, indígenas e quilombolas.

Apesar desses avanços, a educação do campo continuou sendo relegada no âmbito das políticas públicas educacionais, assumindo, quase sempre, a configuração de uma educação que, embora aconteça no espaço rural, não apresenta as características da educação do campo. De fato, a educação do campo emergiu a partir da mobilização e da pressão dos movimentos sociais camponeses, com destaque para o protagonismo do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST), por uma política para os trabalhadores do campo que, além da educação e de outros direitos sociais, contemple a luta pela posse da terra dos povos tradicionais, do campo, das águas e das florestas. Esta luta é traduzida na necessária combinação da luta por uma educação de qualidade, com a luta pela terra, pelo direito ao trabalho, à cultura e à reforma agrária (CALDART, 2012).

Trata-se, portanto, de uma concepção de educação cujas práticas estão voltadas para atender as necessidades específicas de estudantes que vivem em áreas rurais ou agrícolas, bem como outros contextos de modos de produção da vida. Essa abordagem reconhece as particularidades, desafios e potencialidades dos diferentes contextos, buscando oferecer uma educação de qualidade que seja relevante para as comunidades do campo. Uma educação que,

relacionada a um projeto civilizatório que preconiza a emancipação dos povos do campo, está vinculada à luta pela terra.

Uma educação que compreende a importância dos saberes e práticas específicas relacionadas à agricultura, à pecuária, à produção de alimentos e outros aspectos próprios da cultura dos povos do campo, que as comunidades rurais possuem. Que valoriza esses saberes, reconhecendo a necessidade da educação escolar sistematizar e incorporar esses conhecimentos aos conteúdos curriculares. O que fortalece a identidade cultural das comunidades e promove uma educação contextualizada e relevante.

Assim, esse estudo tem por objetivo analisar a Educação do Campo no Brasil, compreendendo a potência de uma educação que vincula a escolarização, seus conteúdos e metodologias, às necessidades de formação dos sujeitos do campo, atendendo as suas especificidades e valorizando a história, a cultura, a produção da vida e os saberes desse povo.

A Educação do Campo no Brasil

A educação do campo, defendida pelos movimentos sociais do campo, é aquela que promove o acesso ao conhecimento científico e, simultaneamente, atende às necessidades das comunidades rurais, valorizando seus saberes e cultura, sendo este um critério de qualidade educacional. No entanto, a adoção dessa concepção é relativamente recente.

A educação do campo no Brasil, sempre assumiu um caráter excludente o que, consequentemente, afetou (e afeta) a qualidade da educação ofertada aos povos do campo. Marcada por desafios significativos, é reflexo da história do país, caracterizada pela exclusão econômica, de gênero, racial e cultural.

Apesar dos avanços, o sistema educacional brasileiro ainda enfrenta desafios, como a qualidade do ensino, a desigualdade regional e a falta de recursos adequados. A história da educação no Brasil é uma narrativa complexa que reflete as transformações sociais, políticas e econômicas do país ao longo dos anos, e o constante esforço para garantir uma educação de qualidade para todos os brasileiros (VIDAL; FILHO, 2003).

Nos textos constitucionais do Brasil, as constituições de 1824 e 1891 não abordaram a educação rural. Posteriormente, a educação rural, já no século XX, foi utilizada como medida para conter o movimento migratório e aumentar a produtividade nas áreas rurais (BRASIL, 2001).

A história da Educação do Campo no território brasileiro foi constituída por momentos de luta árduos, sendo marcada pelo processo de exclusão econômica, de gênero, racial e cultural. Desde os tempos do Brasil colônia, a procura por educação era das classes privilegiadas, aqueles que possuíam poder aquisitivo mandavam seus filhos estudarem fora do país, para buscarem uma educação de qualidade e elevado reconhecimento social. Entretanto, no campo, não havia o interesse em educar os negros e agregados, os pobres, para quem a educação não era (e, em muitos casos, ainda não é) considerada necessária (JESUS, 2016).

Neste contexto, a Educação do Campo emergiu a partir dos requerimentos dos movimentos sociais nos anos 90 do século passado. Portanto, não nasce vazio, e sim, mediante à mobilização dos trabalhadores do campo e da sua luta social, contestando às concepções de educação que não condiziam com necessidades formativas dos povos do campo. Surge em resposta à fragilização do trabalho rural e à falta de oportunidades de subsistência para todos (VENDRAMINI, 2007). Segundo Caldart (2012), “os movimentos sociais se configuram como sujeitos produtores de direitos, contribuindo para o estabelecimento de novas leis e políticas educacionais, bem como para a abertura de políticas de trabalho e renda para a agricultura familiar”.

Além disso, a relação da Educação do Campo com os movimentos sociais contribuiu (e vem contribuindo) para o fortalecimento das escolas, na medida em que defendem o envolvimento da família e dos estudantes com as questões político-pedagógicas da escola relacionadas aos movimentos sociais, contribuindo para construção do senso democrático e crítico (SANTOS, 2016).

Com relação a organização escolar do campo, Lima; Costa e Pereira (2017) afirmam que sua organização deve estar diretamente relacionada com a real necessidade dos povos, sendo a escola, neste contexto, espaço privilegiado e fundamental para promover a escolarização, para dar sustentação à luta pela terra e para a formação política do sujeito do campo. Em seu trabalho, esses autores enfatizam que, mesmo com os avanços na legislação, a escola para os sujeitos do campo não atende totalmente as necessidades dos povos do campo (LIMA; COSTA; PEREIRA, 2017). Para que isso ocorra, importa que a abordagem dos conteúdos e as metodologias trabalhadas em sala de aula atendam e valorizem a história, a cultura e os saberes desse povo (PACHECO, 2015).

Uma Educação do Campo pensada nesses termos, requer que o Estado brasileiro cumpra o seu dever constitucional de fomentar políticas públicas necessárias ao desenvolvimento dos povos do campo, conforme destaca Caldart (2011):



Em defesa de políticas públicas de Educação do Campo, os movimentos sociais carregam bandeiras da luta popular pela escola pública como direito social e humano e como dever do Estado. Nas últimas décadas os movimentos sociais vêm pressionando o Estado e as diversas esferas administrativas a assumir sua responsabilidade no dever de garantir escolas, profissionais, recursos e políticas educativas capazes de configurar a especificidade da Educação do Campo (CALDART, 2011, p. 14).

Mesmo com a luta e pressões dos movimentos sociais por uma escola pública comprometida com os anseios e sonhos dos povos do campo, a educação brasileira ainda privilegia aqueles que moram nas áreas urbanas e, em muitos casos, adotando como objetivo apenas a capacitação os cidadãos para o mercado de trabalho. Isto evidencia o descaso com a Educação do Campo, pois alunos oriundos do campo quando chegam aos centros urbanos se deparam com conteúdo diferentes das suas origens campesinas. Desta forma, os conteúdos vistos e as metodologias desenvolvidas em sala não se relacionam com as suas práticas e vivências, o que contribui para evasão escolar (FERREIRA; BRANDÃO, 2011).

Importa ressaltar que, para as comunidades rurais, o campo é mais do que apenas um local geográfico; ele é a fonte central de renda e condições de vida. Essas comunidades, conhecidas como povos do campo, têm uma cultura única e uma organização distinta em relação às áreas urbanas (PACHECO, 2015). O que implica em políticas educacionais e dispositivos legais que considerem essas características.

As Diretrizes Operacionais para a Educação do Campo no Brasil, estabelecidas pela Resolução CNE/CEB nº 1, de 3 de abril de 2002, cumprem este papel. Essa resolução é o principal documento que aborda as diretrizes para a educação do campo e estabelece os princípios, objetivos e orientações para a implementação de políticas educacionais voltadas às populações rurais, inclusive definindo uma organização escolar própria (MOLINA; SÁ, 2012). Lima, Costa e Pereira (2017), enfatizam que a organização da escola deve atender às reais necessidades das comunidades rurais. No entanto, apesar dos avanços na legislação, as escolas ainda não atendem completamente às necessidades das comunidades rurais (LIMA; COSTA; PEREIRA, 2017).

De acordo com Caldart (2011), a educação do campo é essencial para o desenvolvimento das comunidades rurais e é um dever do Estado. No entanto, a educação brasileira continua a favorecer aqueles que vivem nas áreas urbanas, muitas vezes não considerando as origens e as necessidades dos estudantes rurais. Isso contribui para a evasão escolar quando os estudantes rurais se deparam com currículos e métodos de ensino que não se alinham às suas experiências de vida (FERREIRA; BRANDÃO, 2011) e as metodologias utilizadas em sala de aula não valorizam a história e a cultura das comunidades rurais

(PACHECO,2015). É nesse contexto que a adoção dos princípios da agroecologia surge como proposta que busca garantir o sucesso e a permanência dos estudantes do campo na escola.

Educação do Campo e Agroecologia

A agroecologia surgiu na década de 1980 enquanto um contraponto ao agronegócio. A implementação de novas tecnologias e o uso de agrotóxicos, práticas comuns ao agronegócio, levou muitos agricultores familiares a abandonarem práticas de cultivo ancestrais, historicamente construídas. O agronegócio induziu os povos do campo a abandonarem suas raízes culturais e as suas maneiras de se desenvolver (SOUSA, 2017).

È importante destacar que a introdução de novas tecnologias, como o uso de sementes melhoradas, se opõem aos costumes e saberes dos povos do campo. Essas tecnologias muitas vezes obrigam os habitantes do campo a se adaptarem e a abandonarem práticas agrícolas transmitidas ao longo de gerações. A perda desse conhecimento ancestral é uma das consequências do avanço do agronegócio. Por outro lado, os princípios da agroecologia, conforme enfatizados por Roseli Salete Caldart (2017), defendem uma abordagem equilibrada, sustentável e economicamente viável na produção de alimentos, levando em consideração os estudos da vida.

A agroecologia está, por isso mesmo, intrinsecamente ligada à educação do campo, pois ambas buscam promover uma abordagem mais integrada e sustentável para a vida nas áreas rurais. A agroecologia é uma abordagem agrícola que se concentra na produção de alimentos de forma sustentável, respeitando os ecossistemas naturais e os conhecimentos tradicionais dos agricultores. A educação do campo está ligada à promoção de práticas agrícolas mais sustentáveis e à valorização das comunidades rurais, sendo a agroecologia uma abordagem chave nesse processo de transformação das áreas rurais (GUHUR; TONÁ, 2012).

Por essa razão, para os povos do campo, a agroecologia representa resistência, fornecendo aos indivíduos o conhecimento necessário para tratamento de ecossistemas, relacionado com a produção e preservação dos recursos naturais (TELES; LEITE, 2018). Para Caldart (2017), o objetivo da agricultura camponesa e da agroecologia é fazer uma produção agrícola fundamentada nos estudos da vida, de forma equilibrada, sustentável e economicamente viável. Essa perspectiva coloca em evidência a importância do processo de resistência que, entre outros aspectos, propõe a quebra do privilégio de padrões eurocêtricos de conhecimento, promovendo práticas voltadas para a preservação da cultura e valorização dos saberes dos povos do campo. Se contrapondo, portanto, ao processo de colonização e de

urbanocentrismo, tendo em vista a desconstrução do modelo eurocêntrico de homem moderno e o ideal das produções industrializadas (FARIAS; FALEIRO, 2020).

De tudo isso, ficam três coisas: as comunidades rurais possuem saberes e práticas específicas relacionadas à agricultura, pecuária, produção de alimentos e outros aspectos da cultura rural; a Educação do Campo valoriza esse conhecimento local, reconhecendo sua importância e propondo sua sistematização nos currículos escolares; e isso fortalece a identidade cultural das comunidades e promove uma educação contextualizada e relevante.

METODOLOGIA

A finalidade do presente estudo inclui a análise da Educação do Campo no Brasil, sua trajetória, seus desafios e potencialidades nos processos de formação dos sujeitos do campo. Para tanto, adotamos uma abordagem qualitativa que, segundo Godoy (1995), é indicada quando se busca compreender o fenômeno estudado, sendo o investigador o instrumento principal para captar as informações. Trata-se, portanto, de uma pesquisa exploratória, de caráter qualitativo, restrita ao levantamento bibliográfico e à análise documental (GIL, 2007).

Definida nestes termos, a metodologia privilegiou, como instrumento de coleta de dados, a pesquisa bibliográfica e a análise documental como escolhas metodológicas apropriadas para contemplar os objetivos propostos, pelo potencial de contribuir para o esclarecimento do objeto de estudo.

A revisão bibliográfica, enquanto levantamento e revisão de produções acadêmicas sobre a temática, contribui para (des)revelar, estruturar e desenvolver a temática a partir de fontes teóricas produzidas por outros autores. A análise de documentos, por sua vez, é uma técnica de abordagem de dados qualitativos que possibilita a identificação de informações relevantes sobre as questões que são de interesse da pesquisa (LÜDKE; ANDRÉ, 1986)

Sendo assim, o caminho metodológico se apoiou na seleção de documentos oficiais, entre os quais priorizamos as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, além de artigos e outras referências bibliográficas que possibilitassem a análise da temática, com destaque para as contribuições dos estudos de Sousa (2017), Caldart (2017), Pacheco (2015) e Jesus (2016).

O *modus operandi* da pesquisa consistiu em três etapas, a saber: a) leitura prévia, de caráter exploratório; b) leitura analítica e seletiva do material que abordava a temática em estudo; e c) constituição de um *corpus* de análise dos aspectos que julgamos pertinentes abordar

ao longo do trabalho. Tais aspectos, observados durante a análise, foram descritos na construção teórica do trabalho e estão presentes nos resultados, apresentados na seção a seguir.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A literatura sobre a Educação do Campo ressalta a utilização dos conhecimentos prévios dos estudantes, bem como as ferramentas e a cultura do campo como aspectos importantes que devem ser considerados no plano das metodologias de ensino. Trata-se, portanto, não apenas de uma educação aplicada em seu território, mas sim, uma educação voltada para seu desenvolvimento. Diferente de uma concepção de uma educação urbana aplicada no território do campo.

O campo tem uma grande representatividade para os camponeses, pois ele provê sua alimentação e sua fonte de renda, que são substratos para sua existência, especialmente quando associada a agroecologia, que também está voltada para o campo e para os mesmos sujeitos. A sua vivência no campo evolui a diversidade cultural e diferentes formas de trabalho camponês associado.

Caldart (2017) afirma que a agroecologia trabalha com uma visão de longo prazo, incompatível com as necessidades dos negócios capitalistas, cujo maior expoente é o agronegócio. Destaca, também, a participação dos movimentos sociais durante toda a história da Educação do Campo, que se contrapõe à educação urbanocentrada, que não atende a real necessidade dos povos do campo.

O campo oferece ainda um ambiente propício para a aprendizagem interdisciplinar, uma vez que as atividades agrícolas e rurais envolvem diferentes áreas do conhecimento, como ciências naturais, matemática, história, geografia, entre outras. Os estudantes podem vivenciar a integração entre teoria e prática, compreendendo as conexões entre diferentes disciplinas e ampliando sua visão de mundo. Ao oferecer uma educação de qualidade e contextualizada para as populações rurais, a Educação do Campo tem um papel fundamental na promoção da inclusão social e na redução das desigualdades, na medida em que contribui para o acesso igualitário aos direitos educacionais e para a valorização das diversidades presentes no campo.

Desta forma, a Educação do Campo proporciona uma formação mais completa e abrangente aos estudantes, conectando-os com a natureza, valorizando o conhecimento local, promovendo a aprendizagem interdisciplinar, desenvolvendo habilidades práticas e contribuindo para a inclusão social. Nessa perspectiva, a Educação do Campo reconhece a

importância do campo como espaço de aprendizagem e busca fortalecer as comunidades rurais, tornando a educação mais significativa e relevante para todos.

Como resultado, o estudo contribuiu para ampliar a compreensão da importância da relação entre educação e campo e da defesa da educação necessária para o desenvolvimento dos povos do campo, imprescindível para o fortalecimento de suas lutas e da resistência contra o esquecimento de sua história, de sua cultura e de formas ancestrais de cultivo e de bem viver.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Educação do Campo surge como uma alternativa à educação tradicional urbanocentrada que, muitas vezes, negligencia as especificidades das áreas rurais. Ela busca promover uma educação que valorize a cultura local, as práticas agrícolas, a relação harmoniosa com a natureza e o desenvolvimento sustentável. Além disso, a Educação do Campo visa superar as desigualdades sociais e promover a inclusão social das populações rurais.

Para atender a esses objetivos, a Educação do Campo adota uma série de estratégias pedagógicas diferenciadas. Assim, busca valorizar o conhecimento local e as experiências dos estudantes, relacionando os conteúdos curriculares com a realidade do campo. Além disso, promove a participação ativa das comunidades rurais na definição dos currículos e nas práticas educativas, estimulando o diálogo e o protagonismo dos estudantes.

A Educação do Campo tem como objetivo principal promover uma educação inclusiva, contextualizada e de qualidade para as populações rurais, favorecendo a valorização das culturas locais, o fortalecimento das comunidades e o desenvolvimento sustentável das áreas rurais. Nesse sentido, as metodologias voltadas para a educação dos povos do campo contribuem para a preservação de sua cultura e do meio ambiente, uma vez que o campo, para eles, está além da questão territorial, sendo fonte de existência e resistência.

É neste contexto que o presente estudo pretendeu construir um embasamento que torne possível compreender a importância da relação entre educação e campo, sempre em defesa da educação que se faz necessária para o desenvolvimento dos povos tradicionais, do campo, das águas e das florestas. Pois eles constituem a resistência: resistência ao esquecimento de sua história de sua cultura, resistência à utilização de ferramentas de cultivo que agridem o meio ambiente, com é o caso dos agrotóxicos. Enfim, uma educação que contribua para a emancipação dos homens e mulheres que produzem, vivem e convivem no campo.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, V. **História da educação e método de aprendizagem em ensino de História.** Palmas/TO: EDUFT, 2018.

BRASIL, Ministério da Educação. **Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo.** Brasília, 2001.

BRASIL. Lei 11.645/08 de 10 de Março de 2008. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília.

BRASIL. LDB – **Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996.

BRASIL. **Resolução CNE/CEB nº. 2 de 11 de setembro de 2001.** Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Brasília: MEC, 2001.

CALDART, R. S. **Agroecologia nas escolas do campo:** construção do futuro feita à mão e sem permissão. MST. Disponível em: <https://mst.org.br/2017/02/06/agroecologia-nas-escolas-do-campo-construcao-do-futuro-feita-a-mao-e-sem-permissao/> acesso em: 05 de nov. de 2020.

CALDART, R. S. A escola do campo em movimento. In: MUNARIM, Antônio, BELTRAME, Sônia, COMTE, Soraya F.; PEIXER, Zilma I. **Educação do Campo:** reflexões e perspectivas. 2. ed. Florianópolis: Insular, 2011.

FARIAS, M.N.; FALEIRO, W. Educação dos povos do campo no Brasil: Colonialidade/ Modernidade e Urbanocentrismo. **Educação em Revista.** v.36. Belo Horizonte. 2020.

FERREIRA, F. J.; BRANDÃO, E. Educação do Campo: um olhar histórico, uma realidade concreta. **Revista Eletrônica de Educação.** Ano V. nº 09, jul./dez. 2011.

GODOY, A. S. Pesquisa Qualitativa: Tipos Fundamentais. **Revista de Administração de Empresas / EAESP / FGV,** São Paulo, Brasil. 1995.

JESUS, V.C. P. **A educação no campo na história educacional brasileira:** Alguns Apontamentos. 2016. Disponível em: <https://docplayer.com.br/13869919-A-educacao-no-campo-na-historia-educacional-brasileira-alguns-apontamentos.html>. Acesso em: 23 de out. de 2020.

LIMA, M. A.; COSTA, F. J. F.; PEREIRA, K. R. C. Educação do campo, organização escolar e currículo: um olhar sobre a singularidade do campo brasileiro. **Revista e-Curriculum,** São Paulo, v.15, n.4, p. 1127 – 1151 out./dez., 2017.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em educação:** abordagem qualitativa. São Paulo: EPU, 1986.

PACHECO, L. M. D. Educação do Campo: valorização da cultura e promoção da cidadania? **Quaestio,** Sorocaba, SP, v. 17, n. 2, p. 425-440, nov. 2015.



RIBEIRO, P. R. M. História da educação escolar no Brasil: notas para uma reflexão. **Paidéia (Ribeirão Preto)**, [S.L.], n. 4, p. 15-30, jul. 1993. FapUNIFESP. <http://dx.doi.org/10.1590/s0103-863x1993000100003>.

SANTOS, R. B.. Interfaces entre escolas do campo e movimentos sociais no Brasil. **Rev. Brasileira de Educação do Campo**. v. 1 n. 1 p. 26-46. jan./jun. Tocantinópolis. 2016.

SOUSA, R. P. Agroecologia E Educação do Campo: Desafios da institucionalização no Brasil. **Educação Sociedade**, Campinas, v. 38, nº. 140, p.631-648, jul.-set., 2017.

TELES, E. C. P. V. A.; LEITE, D. C. Agroecologia como princípios na Educação do Campo. **Revista de Agroecologia no Semiárido**. Sousa – PB. v. 2, n.1, p.01 - 12, Jan - Jun, 2018.

VENDRAMINI, C. R. Educação e trabalho: reflexões em torno dos movimentos sociais do campo. **Caderno Cedes, Campinas**, vol. 27, n. 72, p. 121-135, maio/ago. 2007.

VIDAL, D. G.; FILHO, L. M. de F. História da educação no Brasil: a constituição Histórica do campo (1880-1970). *Revista Brasileira de História*, [S.L.], v. 23, n. 45, p. 37-70, jul. 2003. **FapUNIFESP**. <http://dx.doi.org/10.1590/s0102-01882003000100003>.